



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

2.º	PUBLICADO NO D. O. U.
C	De 17/11/94
C	Rubrica

Processo nº 13836.000150/92-42

Sessão de : 25 de março de 1994

ACORDÃO Nº 202-06.590

Recurso nº: 91.154

Recorrente: FUNDAÇÃO NOGUEIRA S.A.

Recorrida : DRF EM CAMPINAS - SP

IPÍ - CREDITO POR DEVOLUÇÕES - Não comprovada a efetiva reentrada dos produtos no estabelecimento, não assiste direito ao crédito por alegadas devoluções... Recurso negado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por FUNDAÇÃO NOGUEIRA S.A.

ACORDAM os Membros da Segunda Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso. Ausente o Conselheiro JOSE ANTONIO AROCHA DA CUNHA.

Sala das Sessões, em 25 de março de 1994.

HELVIO ESCOVEDO BARCELLOS - Presidente

OSVALDO TANCREDO DE OLIVEIRA - Relator

ADRIANA QUEIROZ DE CARVALHO - Procuradora-Representante da Fazenda Nacional

VISTA EM SESSÃO DE 29 ABR 1994

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros ELIO ROTHE, ANTONIO CARLOS BUENO RIBEIRO, TARASIO CAMPELO BORGES e JOSE CABRAL GAROFANO.

fc1b/



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo nº 13836.000150/92-42
Recurso nº: 91.154
Acórdão nº: 202-06.590
Recorrente: FUNDIÇÃO NOGUEIRA S.A.

R E L A T O R I O

O presente recurso já foi por nós examinado, em sessão de 08 de julho de 1993, quando o relatamos conforme releio, às fls. 507/508, para melhor lembrança do Colegiado.

Então foi aprovado nosso pedido de esclarecimentos, consubstanciados na diligência nº 202-1.509, nos termos do voto de fls. 509, que leio e transcrevo:

"Tendo em vista o entendimento adotado em vários julgados sobre a matéria em pauta, especialmente da 1ª Câmara deste Conselho e, mais recentemente, da Câmara Superior de Recursos Fiscais, necessita o relator de esclarecimentos adicionais para melhor formular o seu voto.

Pede, por essas razões, seja o presente julgamento convertido em diligência, junto à repartição de origem, para que o autuante ou quem em seu lugar seja designado, se digne de confirmar, ou não, a efetiva reentrada dos produtos devolvidos ao estabelecimento, conforme fazem crer as cópias das notas fiscais, das declarações e das folhas do registro de entradas, que instruem o presente recurso.

Em seguida, que se ouça o autuado, para que se pronuncie, querendo."

O resultado da diligência consta da informação fiscal de fls. 539, que também leio, para conhecimento de todos.

Ouvindo a recorrente, conforme determinado na diligência, protesta a mesma, declarando que as devoluções e respectivos créditos do IPI encontram-se respaldados por todos os documentos inerentes às operações, tais como: controles contábeis, notas fiscais de devoluções, declarações de clientes, escrita fiscal, etc.

Reitera que a autuação só pode prosperar pela infração regulamentar (falta de escrituração Livro Modelo 3), punível de acordo com o art. 383 do RIFI.



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo nº: 13836.000150/92-42
Acórdão nº: 202-06.590

Protesta, afinal, contra a alegação da interdependência, mencionada pelo autuante, fato que entende constituir suspeita infundada contra o sistema adotado pela recorrente e conclui que é "irrita a postulação fiscal no intuito de ilidir as provas documentais em processo com vistas a manter o auto de infração".

E o relatório.



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUÍNTES

Processo nº: 13836.000150/92-42
Acórdão nº: 202-06.590

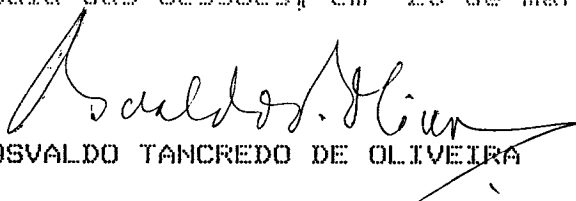
VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR OSVALDO TANCREDO DE OLIVEIRA

Preliminarmente, diga-se que, no nosso pedido de diligência, pedimos ao autuante para "confirmar, ou não, a efetiva reentrada dos produtos devolvidos ao estabelecimento", tendo em vista nosso reiterado entendimento sobre a matéria e, já agora, da maioria do Colegiado e da Câmara Superior.

Dispensamos, por isso, as incursões do autor da diligência sobre as regras do art. 86 do RIPI, à guisa de orientação ao nosso voto.

Assim sendo, limitamo-nos a destacar, da informação fiscal, a parte que declara não estar comprovada a reentrada dos produtos no estabelecimento, para negar provimento ao recurso, por essa exclusiva razão.

Sala das Sessões, em 25 de março de 1994.


OSVALDO TANCREDO DE OLIVEIRA